

Resenha

JENTLESON, Bruce W.; WEBER, Steven. *The End of Arrogance: America in the global competition of ideas*. Massachusetts: Harvard, 2010.

Pelo fim da arrogância: princípios de uma política externa americana para o século XXI.

Magno Klein Silva¹

Vivemos uma época de grandes modificações. Mais do que uma sensação estimulada pela modernidade, as mudanças no cenário internacional ainda confundem os analistas políticos e causam apreensão aos observadores. Em uma era de transformações, o fim da União Soviética e a expansão da globalização econômica, no imediato período pós-guerra fria, indicavam que alguns consensos já pareciam ser possíveis de alcançar. Para muitos, estaríamos nos encaminhando para uma nova era onde todos seriam capitalistas, e os regimes políticos, democracias liberais.

Não é mais possível dar credibilidade a estes argumentos. Não foi só a diminuição da importância econômica dos Estados Unidos. De algum modo, os novos tempos já apontavam para esta redução. Mas nem mesmo os mais visionários poderiam imaginar que o “resto do mundo”, no conceito de Alice Amsden, poderia avançar tão rápido e alcançar tamanha autonomia e capacidade de agir no sistema econômico internacional.

¹ Mestrado em História Comparada pela UFRJ. Doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Se atualmente ninguém nega que os Estados Unidos continuarão a ser a grande potência por muito tempo, poucos são os que analisam o desenvolvimento chinês como um fenômeno de pequenas proporções, por exemplo. E, afinal, já podemos dizer: existe um evidente pessimismo na literatura internacional a respeito da manutenção do poder da potência americana para as próximas décadas, mesmo na ceara militar.

Neste contexto, de mudanças e preparativos para uma nova estratégia internacional das potências, é que o livro de Bruce Jentleson e Steven Weber, *The End of Arrogance* (sem tradução para o português), é valioso para a academia brasileira. São americanos falando de seu país, não cabendo as críticas de que pensar a decadência dos Estados Unidos é discurso terceiro-mundista ou de esquerda – o que os autores definitivamente não são.

Ao longo do livro, os dois autores remontam à fase idílica do pensamento político americano que, após a queda do Muro de Berlin, criou inúmeras teorias da superioridade dos Estados Unidos sobre os demais países do mundo. Uns falavam de um choque de civilizações, entre os civilizados americanos e os bárbaros orientais. Outros afirmavam que a vitória sobre a União Soviética era uma evidência do “fim da História” e a ascensão de um mundo regido pelo capitalismo e pela democracia liberal. Se muitos apontavam o nascimento de uma era unipolar sob os moldes do império romano, outros, como certa secretária de Estado do país, iam mais longe afirmando que os Estados Unidos seriam a “nação indispensável”.

A arrogância típica dos anos 1990 encontrou abrigo nas políticas unilaterais de George W. Bush (2001-2009). O país não precisava da comunidade internacional para legitimar seus conflitos pelo mundo. E mesmo Barack Obama, com sua inversão ainda tímida ao multilateralismo, para os autores, não vem sendo capaz de direcionar o país para uma política externa moderna.

A constatação da hegemonia americana era resultado, segundo os dois autores, de cinco crenças capitais a respeito do sistema político internacional:

- A paz seria melhor do que a guerra.
- Um mundo hegemônico seria melhor do que um sistema regido pela balança de poder.
- O capitalismo seria melhor do que o socialismo.

- A democracia seria melhor do que ditaduras.
- E, por fim, de que a cultura ocidental seria superior às demais.

Grande parte do sistema político internacional estava baseada nestas cinco premissas, e é surpreendente notar como muitos líderes do mundo subdesenvolvido, incluindo o Brasil, também acreditavam nelas. As cinco premissas teriam os Estados Unidos como seu modelo ideal e seu avalista. E é aí que estaria a arrogância americana.

O cenário hoje é muito diferente da longínqua década de 90. Não há mais espaço para se continuar acreditando que a paz é sempre melhor do que a guerra: a estabilidade é sempre útil para quem interessa manter o *status quo*, e infelizmente guerras podem ser ainda mais “justas” do que ambientes de paz. Também não houve a homogeneização da cultura, e o capitalismo, se de algum modo venceu, se fragmentou, tornando-se muitos. E como defender a democracia liberal em sociedades além da nossa própria, quando se está claro que a legitimidade política pode estar mais ligada ao desempenho do Estado do que ao processo governamental? Afinal, nem sempre todas as pessoas querem a mesma coisa.

Os primeiros anos do milênio reduziram a capacidade americana de buscar seus interesses sem considerar os outros países. Curioso reparar que a queda relativa de poder não tem seus motivos esmiuçados por Jentleson e Weber. Como propor mudanças quando não está claro o porquê das coisas não funcionarem tão bem como antigamente?

Depois de um longo processo, hoje se pode afirmar que por maior poder que os Estados Unidos tenham, ainda precisavam levar em conta os demais Estados do sistema internacional. Mesmo suas ideais já não são mais tão capazes de cativar e atrair como antes. Os autores dizem sentir que muitas das ideias americanas hoje são deslegitimadas meramente por serem percebidas como americanas ou por serem promovidas pelos Estados Unidos.

O pensamento político global agora segue outros raciocínios. O mundo não é mais ptolomaico, não gira ao redor dos Estados Unidos, é copernicano, e, no máximo, o país pode influenciar outros agentes com sua ainda enorme massa. Se antes a liderança americana seguia o paradigma do “Não há alternativa” (“*There is no alternative*”), agora ela é questionada pelo entendimento de que “Deve haver saída”

(“*There must be an alternative*”). Os Estados Unidos não podem ser a única solução para o mundo.

Pensando nas mudanças da ordem global e nas necessidades de se criar uma estratégia de inserção internacional para os Estados Unidos, os americanos Jentleson e Weber propõem que seu país assuma novos objetivos para se tornar uma “liderança inovadora”, não mais uma força imperial ou hegemônica.

Ainda seria possível, segundo eles, que o país use seu prestígio para conseguir participar com vantagem da nova disputa do sistema internacional: a competição no *mercado de ideias*. Essa é a inovação dos autores. Os Estados Unidos perderam a capacidade de impor suas vontades. Teria chegado ao fim a crença da superpotência, de que ninguém faz algo de significativo sem o consentimento do país. Agora é necessário competir neste mercado de ideias, onde alguns oferecem propostas, mas cabe aos demais agentes escolher entre elas. Não há imposição, numa disputa entre ideias, não pode haver vitória final, pois não é uma luta. É uma competição. Além disso, nas relações de troca entre ideias e apoio, têm mais interesse aqueles que buscam seguidores do que aqueles que podem vir a oferecer suporte a novos entendimentos.

Neste novo mercado é importante estar atento às novas formas de se produzir ideias e difundi-las. Hoje, com a crescente infraestrutura digital, os governos perderam o espaço de primazia como fontes de conteúdo, e isso é mais do que pensar em *Wikileaks*. Os consumidores são, no geral, jovens, urbanos e não ocidentais. Têm, no mínimo, ceticismo quanto à hegemonia americana.

Se o país estiver consciente do ambiente e de suas potencialidades, poderá levar vantagem nesta competição. Mas o que se poderiam oferecer como novas ideias? Os autores apontam alguns pontos-chave em que se poderia fazer a diferença. São quatro os pontos que destacam: autonomia, oportunidade, heterogeneidade e proteção. Contribuir com o direito dos indivíduos em decidir por si mesmo o que querem é o que tange à *autonomia*. Por que não difundir comunicação livre ao redor do mundo, com base em *hardware* e *software* anticensura? Poder-se-ia doar celulares ou ampliar a rede de banda larga sem fio para isso. Incentivar as condições de oportunidade pelo planeta significaria combater concentrações impenetráveis de poder, melhorando sua própria legislação antitruste, antimonopólio, e contribuindo

para o aperfeiçoamento da legislação internacional, ainda que isso afete o interesse de empresas americanas nos países subdesenvolvidos. Essa poderia ser uma estratégia para aumentar as *oportunidades* dentro do país e ao redor do mundo. Valorizar a capacidade de convivência entre grupos diversos é defender a *heterogeneidade* interna e externa, e isso pode fazer a diferença em um mundo com dificuldades em ligar o outro. A *proteção* de grupos que se tornaram vulneráveis, como em casos de desastres naturais, seria o quarto âmbito de novas possibilidades.

Além disso, haveria outras áreas em que se poderia investir, como o meio ambiente. Weber e Jentleson sugerem que os Estados Unidos desenvolvam e ofereçam para os demais países uma tecnologia para o sequestro do carbono, por exemplo. Além disso, poderia participar mais ativamente para apoiar e influenciar a formação de novos atores internacionais não estatais. Ainda que seja difícil imaginar qual o papel deseja-se para estes atores, não se poderia negar que grandes instituições filantrópicas, por exemplo, contribuem com a imagem do país.

Em muitos momentos, a leitura de *The End of Arrogance* pode ser irritante. Os autores são excessivamente otimistas, e defendem que é plenamente possível para os Estados Unidos reassumirem a liderança ideológica do mundo e que isso até seria bom para os outros países. Porém, deve-se levar em consideração que os autores fazem um esforço propositivo para um novo paradigma de política externa. Na teoria, esperam fazer a diferença. Querem ser ouvidos por quem formula a política externa norte-americana, convencê-los e influenciá-los. A necessidade de reforçar a importância de mudança em um paradigma que até aqui veio funcionando muito bem – para o Estado americano – não é simples. Como convencer quem nasceu no mais importante Estado do ocidente – lembremos a União Soviética como um possível contraponto –, de que a onda passou e que é preciso se mover para manter alto seu grau de relevância internacional? Como mostrar que os Estados Unidos não são mais os “donos da bola” e que precisam levar em consideração a opinião de outros indivíduos que não estadunidenses, às vezes de países em desenvolvimento, sem afetar o patriotismo e os brios dos formuladores de política externa?

O caminho encontrado pelos autores é então uma cartilha de onde se poderia inovar para manter seu país como uma nação relevante, capaz de defender seus interesses e atrair membros de outras populações para suas causas.

Mesmo voltado para o público interno, este livro é de grande valia para todos aqueles que têm curiosidade em entender o papel dos Estados Unidos em um novo mundo, mais multipolar, mais oriental, mais emergente. Percebe-se, ainda, o grande constrangimento que é pensar o mais poderoso Estado de todos como uma potência em declínio, ainda que suave. Ressalte-se também o grande interdito deste livro, que é o papel da moralidade na política externa de uma potência. Em nenhum momento há uma análise crítica da arrogância americana anterior que existia antes dos anos 90, quando se buscava impor seus interesses na política internas de muitos países sem o consentimento de seu povo – essa prática ainda não terminou, como vemos na Líbia, no Iraque, em Cuba etc. A arrogância, para os autores deste livro, seria achar que os Estados Unidos podem, quando não podem mais. Seria se iludir sobre a dimensão real do poder que se possui. Mais realistas que o rei, Weber e Jentleson apontam que o futuro da liderança dos Estados Unidos passa pela atração, pelo convencimento, pelo bom exemplo, pelo apoio aos valores o mais abrangente possível, como nas demandas de proteção ao meio ambiente. Mas, sua leitura incompleta levanta uma indagação que não tenta responder. Será que os dirigentes políticos do mundo só devem ser éticos quando não têm poder suficiente para ignorar a moralidade?

Weber e Jentleson parecem pensar que sim. E é por isso que afirmam que “quando não se é invencível, tem-se que ser estratégico” (p.154). O que significa o mesmo que dizer que quando os Estados Unidos perdem poder relativo no cenário internacional, passam a ter que levar em consideração os demais atores na hora de formular suas posturas!

Seu livro inova ao repensar a importância que ideologias, ideias, crenças, valores podem ter em uma grande potência, e como elas podem se relacionar com o poder no sistema político internacional. Porém, no fim da leitura, fica um questionamento muito relevante, que talvez só não esteja presente no texto por sua proposta não ser desenvolver uma análise científica, mas uma proposta de política externa. Será que as ideias só são relevantes quando uma potência é incapaz de defender seus interesses pela força?

Recebido em 10 de abril de 2012.

Aprovado em 20 de maio de 2012.